

Outrossim, é certo que a impenhorabilidade de valores decorrentes de benefício assistencial, como o Bolsa Família, exige comprovação inequívoca de sua origem pela parte executada, evidenciando a imprescindibilidade da atuação diligente na fase de execução. Logo, a mera alegação da origem assistencial dos valores, como aqui pretendido, não é suficiente para afastar a referida constrição judicial.

Em relação a Edivânia Justino de Lima, há fato superveniente, consistente em petição juntada na data de 5 de agosto de 2026 ao processo de origem, na qual pleiteou a conversão do valor bloqueado (R\$ 1.176,11) em pagamento da dívida, com o correspondente abatimento do débito e o restabelecimento do parcelamento quanto ao saldo remanescente.

O referido pleito, apresentado após a interposição do presente agravo de instrumento, e que restou acolhido em parte pelo juízo de origem, revela-se incompatível com um dos pedidos aqui formulados, consistente no levantamento e suspensão de eventuais bloqueios e constrições determinados com base na decisão agravada, a evidenciar comportamento contraditório da agravante.

Nessa perspectiva, estando evidenciada a proporcionalidade e adequação da decisão agravada, é de rigor o não provimento do agravo de instrumento manejado pelas executadas.

III. Dispositivo

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, CONHEÇO e NEGÓ PROVIMENTO ao agravo de instrumento interposto por MARIA ALZENIR NICÁCIO DE MELO e EDIVÂNIA JUSTINO DE LIMA, mantendo-se a decisão agravada em sua integralidade.

É como voto.

Natal, 23 de setembro de 2026.

HALLISON RÊGO

Desembargador Eleitoral

1 Estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Novo Código de Processo Civil -, no âmbito da Justiça Eleitoral.

2 *Art. 19. As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito.*

§ 1º O Juiz ou Tribunal conhecerá da matéria versada na decisão interlocutória como preliminar à decisão de mérito se as partes assim requererem em suas manifestações.

§ 2º O agravo contra decisão que inadmitir o recurso especial interposto contra decisão interlocutória será processado em autos suplementares, prosseguindo o curso da demanda nos autos principais.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 189/2026 (*)

PUBLICAÇÃO EM : 25/09/2026

Fixa a data e aprova as instruções para a realização de novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do município de São Miguel do Gostoso/RN. (*)

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 30, incisos IV, XVI e XVII, do Código Eleitoral e o art. 17, incisos XXIV e XXV, de seu Regimento Interno,

Considerando o julgamento dos Processos Judiciais Eletrônicos nº 0600367-29.2024.6.20.0014 e nº 0600335-24.2024.6.20.0014, que determinaram a realização imediata de novas eleições no município de São Miguel do Gostoso/RN, sendo necessária, portanto, a execução do acórdão proferido por esta Corte eleitoral;

Considerando a declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, da expressão "após o trânsito em julgado", contida no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral, no julgamento da ADI 5.525, conforme o decidido pelo TSE nos embargos de declaração no REspe nº 139-25.2016.6.21.0000/RS, Rel. Min. Henrique Neves, de 28.11.2016;

Considerando as disposições contidas na Resolução TSE nº 23.280/2010, com a redação dada pelas Resoluções TSE nº 23.393/2013 e nº 23.577/2018, que estabelecem instruções para a realização de eleições suplementares;

Considerando a Portaria TSE nº 567, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o calendário de realização de eleições suplementares em 2026;

Considerando o decidido pelo Tribunal Superior Eleitoral no Mandado de Segurança 1712-36.2011.6.00.0000, de 29 de março de 2012, oportunidade em que restou assentado que os prazos relativos ao processo eleitoral, previstos no Código Eleitoral e na Lei nº 9.504/1997, não podem ser transportados integralmente, visando a reger o novo pleito, prevalecendo o critério da razoabilidade;

Considerando o que consta nos autos do SEI nº 05645/2026 (PJe nº 0600687-53.2026.6.20.0000);

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS ELEIÇÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica designado o dia 06 de dezembro de 2026, domingo, para a realização da Eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso/RN, para o exercício de mandato até 31 de dezembro de 2028.

Art. 2º À referida eleição serão aplicadas, no que couber, a legislação eleitoral vigente, as instruções que regulamentaram as eleições municipais de 2024, expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e as disposições contidas nesta Resolução.

§ 1º Os prazos para prática de atos eleitorais são os fixados nesta Resolução, bem assim no Calendário Eleitoral anexo, mantidos, no entanto, os prazos processuais previstos na legislação eleitoral, notadamente aqueles insertos na Lei Complementar nº 64/1990 e na Lei nº 9.504/1997, podendo o Juiz Eleitoral reduzi-los desde que preservadas as garantias constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa.

§ 2º No período de 29 de outubro a 10 de dezembro de 2026, os prazos processuais relativos aos feitos da Eleição, salvo os submetidos ao procedimento do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, serão contínuos e peremptórios e não se suspenderão aos sábados, domingos e feriados.

§ 3º Os processos judiciais referentes à eleição suplementar tramitarão, obrigatoriamente, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) - 1º grau.

Art. 3º Estarão aptos a votar os eleitores constantes do cadastro eleitoral em situação regular, com domicílio eleitoral no Município de São Miguel do Gostoso/RN até o dia 08 de julho de 2026, e que permaneçam nessa situação até a data do pleito (Lei nº 9.504/1997, art. 91).

Art. 4º Poderá participar da eleição suplementar o partido político que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral até 6 (seis) meses antes do pleito e que, até a data da convenção, tenha constituído órgão de direção no Município de São Miguel do Gostoso/RN, devidamente anotado neste Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 5º As eleições suplementares de que trata o art. 1º serão realizadas por meio de sistema eletrônico de votação e totalização de votos.

SEÇÃO II

DA PREPARAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 6º O horário do Cartório Eleitoral da 14ª Zona Eleitoral ficará assim disciplinado:

I - no dia 29 de outubro, o expediente ocorrerá até as 19h (art. 19, § 4º, da Resolução TSE nº 23.609/2019);

II - de 30 de outubro a 09 de novembro de 2026, o cartório ficará aberto no horário das 8h às 13h, para atendimento ao público externo, e, das 13h às 15h, expediente interno, em conformidade com a Portaria Conjunta PRES/CRE nº 11/2026, e das 14h às 19h, em regime de plantão, aos sábados, domingos e feriados;

III - de 10 de novembro a 10 de dezembro, o cartório funcionará das 8h às 13h, para atendimento ao público externo, e, das 13h às 14h, expediente interno, e das 14h às 19h, em regime de plantão, aos sábados, domingos e feriados; e

IV - no dia 11 de dezembro, o expediente será até as 19h.

§ 1º O Juiz das Garantias atuará em regime de plantão na véspera das Eleições Suplementares e no dia do pleito no Cartório Eleitoral da 14ª Zona Eleitoral.

Art. 7º Poderão ser mantidas as mesas receptoras e a junta eleitoral que funcionaram no último pleito, facultado ao Juiz Eleitoral determinar as substituições que se fizerem necessárias, nos termos da lei eleitoral.

Art. 8º As mesas receptoras de votos serão constituídas por quatro integrantes, sendo um Presidente, um Primeiro e um Segundo Mesário e um Secretário, a serem convocados e nomeados pelo Juiz Eleitoral até 16 de novembro de 2026.

Parágrafo único. É facultada a nomeação de eleitores para apoio logístico, em número e pelo período necessário, para atuarem como auxiliares dos trabalhos eleitorais e cumprirem outras atribuições a critério do Juiz Eleitoral.

Art. 9º O Juiz Presidente da Junta Eleitoral poderá nomear os membros e demais componentes da Junta, publicando-se o respectivo edital no Diário da Justiça Eletrônico até o dia 21 de novembro de 2026.

Art. 10. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte poderá autorizar que seja ultrapassado o quantitativo de 450 (quatrocentos e cinquenta) eleitores na urna, por meio de agregação de seções eleitorais, visando à racionalização dos trabalhos, desde que não importe em prejuízo à votação.

Art. 11. Não serão instaladas Mesas Receptoras de Justificativa no dia do pleito.

§ 1º O eleitor que deixar de votar por não se encontrar em seu domicílio eleitoral poderá justificar sua ausência, até 60 (sessenta) dias após o pleito, pelo Sistema JUSTIFICA ou, ainda, por meio de requerimento formulado perante a zona eleitoral em que se encontrar, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.

§ 2º Para o eleitor que se encontrar no exterior na data do pleito, o prazo de que trata o caput será de 30 (trinta) dias, contado do seu retorno ao País.

CAPÍTULO II

DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

Art. 12. As convenções destinadas a deliberar sobre a escolha dos candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito e a formação de coligações serão realizadas no período de 19 a 23 de outubro de 2026, obedecidas as normas contidas no estatuto partidário.

§ 1º A ata da convenção e a lista dos presentes serão registradas no Módulo Externo do Sistema de Candidaturas (CANDex), desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, e deverão ser impressas para coleta das assinaturas e conservação, devendo o arquivo da ata gerado pelo sistema ser

transmitido via internet, até o dia seguinte ao da realização da convenção, nos termos do art. 6º e seguintes da Resolução TSE nº 23.609/2019.

§ 2º A ata da convenção e a lista das pessoas presentes deverão:

I - ser publicadas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, na página de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais (DivulgaCandContas); e

II - integrar aos autos de registro de candidatura.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO DE CANDIDATURAS

SEÇÃO I

DOS CANDIDATOS

Art. 13. Poderão concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito aqueles que possuem domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses antes da data da eleição e estiverem com a filiação partidária deferida no mínimo 6 (seis) meses antes da mesma data, ressalvado prazo maior estabelecido no estatuto da agremiação, observadas as demais condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade.

§ 1º No caso de ser necessária a desincompatibilização, o candidato deverá se afastar do cargo gerador de inelegibilidade nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes a sua escolha em convenção partidária.

§ 2º Aqueles que deram causa à nulidade da eleição não poderão participar da renovação do pleito.

SEÇÃO II

DO REGISTRO DE CANDIDATURAS

Art. 14. Os partidos políticos, as coligações e as federações solicitarão ao Juízo da 14ª Zona Eleitoral o registro de seus candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito até 19 (dezenove) horas do dia 29 de outubro de 2026, observando, no que couber, as disposições constantes da Resolução TSE nº 23.609/2019.

§ 1º O pedido será elaborado obrigatoriamente via internet, por meio do CANDex, disponível nos sítios eletrônicos dos tribunais eleitorais.

§ 2º A apresentação do DRAP e do RRC far-se-á mediante transmissão pela internet, com a emissão de recibo consignando o horário em que foi transmitido o pedido de registro.

§ 3º Na hipótese de o partido político, a federação ou a coligação não requerer o registro de candidatura de pessoas escolhidas em convenção, estas podem apresentar RRCI, no prazo máximo de até 2 (dois) dias após a publicação, no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), do edital relativo às candidaturas apresentadas pelo respectivo partido político, federação ou coligação ([Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º](#)). ([Redação dada pela Resolução nº 23.754/2026](#))

Art. 15. As impugnações ao registro de candidatura serão decididas juntamente com o pedido de registro em uma única decisão e seguirão o rito do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 64/1990.

Art. 16. A partir da publicação da sentença passará a correr o prazo de 3 (três) dias para a interposição de recurso para este Tribunal.

Parágrafo único. Na mesma data em que for protocolizada a petição de recurso terá início o prazo de 3 (três) dias para a apresentação de contrarrazões, intimado o recorrido por meio do mural eletrônico.

Art. 17. No caso de recurso, após o devido processamento, os autos serão remetidos imediatamente a este Tribunal, sendo o feito distribuído no mesmo dia em que for protocolizado e encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral, para emissão de parecer em até 2 (dois) dias. O relator terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar o processo em mesa para julgamento, independentemente de publicação de pauta (art. 10, Lei Complementar nº 64/1990).

CAPÍTULO IV

DA PESQUISA ELEITORAL

Art. 18. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas a registrar, no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), para cada pesquisa, até cinco dias antes da divulgação, as informações previstas pelo art. 33, caput, I a VII e § 1º da Lei nº 9.504/1997.

CAPÍTULO V

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 19. A propaganda eleitoral somente será permitida a partir do dia 31 de outubro de 2026, observados, em todas as suas modalidades, os prazos fixados no Calendário Eleitoral anexo a esta Resolução.

§ 1º Não haverá propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão, sendo admitidos todos os demais meios legalmente previstos.

§ 2º A propaganda eleitoral do novo pleito será regulada, no que couber, pela Resolução TSE nº 23.610/2019 (com ajustes feitos pela Resolução TSE nº 23.624/2020) e pela Lei nº 9.504/1997, inclusive quanto aos respectivos prazos processuais.

CAPÍTULO VI

DAS CONTAS ELEITORAIS

Art. 20. A arrecadação, a aplicação de recursos e a prestação de contas de campanha eleitoral na eleição suplementar serão reguladas, no que couber, pelas normas estabelecidas na Resolução TSE nº 23.607/2019, de forma subsidiária.

Art. 21. É obrigatória para os partidos políticos e os candidatos a abertura de conta bancária específica para movimentação de recursos provenientes de doações de campanha, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil, observados os seguintes prazos:

I - pelos candidatos, no prazo de 5 (cinco) dias contados da concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - pelos partidos políticos, até 29 de outubro de 2026, caso ainda não tenham aberto a conta intitulada "Doações de Campanha", de que trata o art. 8º, § 1º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019

§ 1º A obrigação prevista no caput não se aplica à candidatura de município onde não houver agência bancária ou posto de atendimento bancário.

§ 2º Na hipótese de previsão de recebimentos de repasses oriundos do Fundo Partidário para utilização na campanha, deverá ser aberta conta específica distinta da prevista no caput.

Art. 22. Devem prestar contas perante o respectivo juízo eleitoral:

I - candidato; e

II - órgão partidário no município da eleição, ainda que constituído sob a forma provisória, com vigência no período eleitoral.

Parágrafo único. Os diretórios estaduais das legendas que efetuarem doações ou realizarem gastos em benefício de candidatura em disputa também estão sujeitos à obrigação de prestar contas referentes ao pleito suplementar regulamentado pelo presente Ato Normativo, hipótese em que deverão enviá-la ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte na forma disciplinada nesta Resolução.

Art. 23. As prestações de contas deverão espelhar toda a movimentação financeira da campanha eleitoral e ser elaboradas e transmitidas até o dia 11 de dezembro de 2026 na forma estabelecida no artigo 54 e seguintes da Resolução TSE nº 23.607/2019, por meio de sistema elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral especificamente para a renovação das eleições, (acessível para

download em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares>) e, dentro deste mesmo prazo, complementadas pela entrega da mídia eletrônica gerada pelo referido Sistema na forma disciplinada no § 1º do art. 101 daquela Resolução.

§ 1º Os documentos digitalizados e inseridos diretamente no sistema a que se refere o art. 54 da Resolução TSE nº 23.607/2019 serão incluídos automaticamente no Processo Judicial Eletrônico (PJe) e, em seguida, os autos digitais serão encaminhados à unidade ou à(ao) responsável por sua análise técnica para que esta seja desde logo iniciada. [\(Redação dada pela Resolução nº 23.752/2026\)](#)

§ 2º Na eleição suplementar não há previsão de envio de prestação de contas parcial ou de relatórios financeiros, durante o período da campanha.

§ 3º Os prazos processuais relativos aos processos de prestação de contas da eleição suplementar não se suspenderão durante o recesso forense iniciado em 20 de dezembro.

§ 4º A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos enquanto perdurar a omissão.

Art. 24. Encerrado o período eleitoral com a diplomação dos eleitos, as intimações nos processos de prestação de contas serão feitas pelo Diário da Justiça Eletrônico e, sucessivamente, pelos meios previstos na legislação processual civil, vedada a prorrogação da utilização de mural eletrônico.

CAPÍTULO VII

DA DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 25. A decisão que julgar as contas de candidata(o) eleita(o) será publicada no mural eletrônico até 3 (três) dias antes da diplomação (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º).

Art. 26. A data da diplomação do Prefeito e do Vice-Prefeito eleitos será fixada em ato próprio pelo Juiz Eleitoral.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A primeira via da Ata Geral da Eleição será arquivada no Cartório Eleitoral, e a segunda, com os respectivos anexos, ficará em local designado pelo Presidente da Junta Eleitoral responsável pela totalização, pelo prazo de 3 (três) dias, para exame dos partidos políticos, das coligações e das federações interessados.

Parágrafo único. Findo o prazo previsto no caput, os partidos políticos, as coligações e as federações poderão apresentar reclamações, no prazo de 2 (dois) dias, as quais serão decididas pela Junta Eleitoral, em igual prazo.

Art. 28. Fica aprovado, para a eleição suplementar de São Miguel do Gostoso/RN, o Calendário Eleitoral constante do Anexo único que integra a presente Resolução.

Art. 29. A Assessoria de Comunicação deste Regional e a 14ª Zona Eleitoral deverão dar ampla divulgação do conteúdo da presente norma.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Juiz Eleitoral competente.

Art. 31. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral, em Natal, 15 de setembro de 2026.

Desembargadora Martha Danyelle

Presidente

Desembargador Eleitoral Cornélio Alves

Vice-Presidente e Corregedor, em substituição

Desembargador Eleitoral Hallison Rêgo Bezerra

Desembargador Eleitoral Eduardo Bezerra de Medeiros Pinheiro

Desembargadora Eleitoral Sulamita Bezerra Pacheco

Desembargador Eleitoral Marcello Rocha Lopes

Desembargador Eleitoral Daniel Cabral Mariz Maia

Fernando Rocha de Andrade

Procurador Regional Eleitoral

(*) *Republicada* por incorreção.

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO ELEITORAL - RESOLUÇÃO TRE/RN nº 189/2026

(Eleição Suplementar no Município de São Miguel do Gostoso/RN - 06 de dezembro de 2026)

JUNHO DE 2026

06 de junho de 2026 - sábado (06 meses antes)

1. Data até a qual todos os partidos que pretendam participar das Eleições Suplementares de São Miguel do Gostoso/RN devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 4º).

2. Data até a qual os que pretendam ser candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nas Novas Eleições devem ter domicílio eleitoral na circunscrição (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, caput).

3. Data até a qual os que pretendam ser candidatos ao cargo de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de São Miguel do Gostoso/RN devem estar com a filiação deferida no âmbito partidário, desde que o estatuto partidário não estabeleça prazo superior (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, caput).

JULHO DE 2026

08 de julho de 2026 - quarta-feira (151 dias antes)

1. Data até a qual os eleitores aptos a votar deverão estar regularmente inscritos (Lei nº 9.504/1997, art. 91, caput).

2. Data até a qual serão considerados os pedidos de alteração de local de votação de eleitor que mudou de residência dentro do município, com vistas à votação nas novas eleições.

OUTUBRO DE 2026

19 de outubro de 2026 - segunda-feira (48 dias antes)

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher os candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito (Lei nº 9.504/1997, art. 8º, caput).

21 de outubro de 2026 - quarta-feira (46 dias antes)

1. Data a partir da qual os feitos eleitorais das eleições suplementares terão prioridade para a participação do Ministério Público e do Juiz Eleitoral, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança (Lei nº 9.504/1997, art. 94, caput).

2. Data a partir da qual não será permitida a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral, e as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos possíveis candidatos, para conhecimento público, ficam obrigadas a registrar, no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), até 5 (cinco) dias antes da divulgação, as seguintes informações constantes do art. 33, caput, I a VII e § 1º da Lei nº 9.504/1997.

3. Data a partir da qual é assegurado o exercício do direito de resposta ao candidato, ao partido político, à coligação ou à federação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidas por qualquer veículo de comunicação social (Lei nº 9.504/1997, art. 58, caput).

4. Início do período para nomeação dos membros das Mesas Receptoras de Votos.

23 de outubro de 2026 - Sexta-feira (44 dias antes)

1. Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre as coligações e escolha dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito.

24 de outubro de 2026 - Sábado (43 dias antes)

1. Último dia para o candidato escolhido em convenção desincompatibilizar-se, observada a data de escolha em convenção.

29 de outubro de 2026 - Quinta-feira (38 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações transmitirem pela internet os requerimentos de registro de candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito até as 19 (dezenove) horas.
2. Último dia para a afixação do edital dos candidatos que requereram registro, observada a data do recebimento do pedido.
3. Data a partir da qual o Cartório da 14ª Zona Eleitoral permanecerá aberto aos sábados, domingos e feriados.
4. Data a partir da qual a divulgação de atos judiciais e as intimações referentes aos Processos de Registro de Candidaturas, Representações, Reclamações e Pedidos de Resposta, bem como as Prestações de Contas de candidatos, serão publicadas no Mural Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, exceto em caso de impossibilidade técnica, situação em que as intimações serão realizadas, sucessivamente, por meio de aplicativo de mensagem instantânea, por e-mail e por correspondência. (Redação dada pela Resolução nº 23.754/2026).
5. Data a partir da qual é vedado aos candidatos participarem de inaugurações de obras públicas.
6. Data a partir da qual é vedada, na realização das inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.
7. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as condutas descritas no art. 73, incisos V e VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1997.
8. Último dia para os partidos políticos sujeitos à prestação de contas disciplinada pelo presente Ato Normativo providenciarem a abertura da conta bancária destinada à movimentação de recursos de "Doações de Campanha", de que trata o art. 8º, § 1º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, caso ainda não a tenham, bem como a de recursos do Fundo Partidário, se for o caso.

31 de outubro de 2026 - Sábado (36 dias antes)

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 36, caput).
2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos, as coligações e as federações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8 às 24 horas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, §4º).
3. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral na Internet, vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga (Lei nº 9.504/1997, art. 57-A e art. 57-C, caput).
4. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos, as coligações ou as federações podem fazer funcionar, das 8 às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos, observados os limites sonoros e as distâncias legais estabelecidas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 3º).
5. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos, as coligações ou as federações podem utilizar carros de som e minitrios exclusivamente em carreatas, caminhadas e passeatas ou durante reuniões e comícios, observados os limites sonoros e as distâncias legais estabelecidas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 11).
6. Último dia para as pessoas escolhidas em convenção transmitirem pela internet, via CANDex, até as 19 (dezenove) horas, o Requerimento de Registro de Candidatura Individual (RRCI), observado o prazo de 2 (dois) dias contados da publicação do edital de candidaturas no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º; Resolução TSE nº 23.609/2019, art. 29, com redação dada pela Resolução TSE nº 23.754/2026).
7. Último dia para a afixação do edital dos candidatos que requereram registro individual, observada a data do recebimento do pedido.

NOVEMBRO DE 2026

03 de novembro de 2026 - Terça-feira (33 dias antes)

1. Data a partir da qual os nomes de todos aqueles que constem do edital/lista de registros de candidatura publicados deverão ser incluídos nas pesquisas realizadas com a apresentação da relação de candidatos ao entrevistado.

2. Último dia para impugnar os pedidos de registro requeridos, observada a publicação do edital.

06 de novembro de 2026 - Sexta-feira (30 dias antes)

1. Último dia para impugnar os pedidos de registro individuais requeridos, observada a publicação do edital.

16 de novembro de 2026 - Segunda-feira (20 dias antes)

1. Último dia para a designação dos locais de votação, assim como da nomeação dos membros das respectivas Mesas Receptoras de Votos.

20 de novembro de 2026 - Sexta-feira (16 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, inclusive os impugnados, devem ser julgados pelo Juiz Eleitoral e publicadas as respectivas decisões.

2. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições majoritárias na hipótese de substituição, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esta data, observado, em qualquer situação, o prazo de até 10 (dez) dias contados do fato ou da decisão judicial que der origem à substituição (Lei nº 9.504/1997, art. 13, §§ 1º e 3º).

21 de novembro de 2026 - Sábado (15 dias antes)

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações reclamarem da nomeação dos membros das Mesas Receptoras de Votos, observado o prazo de dois dias da nomeação.

3. Último dia para a publicação da nomeação dos membros das Juntas Eleitorais no DJe.

22 de novembro de 2026 - Domingo (14 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações reclamarem da designação da localização das Mesas Receptoras de Votos, observado o prazo de 3 (três) dias contados da publicação.

23 de novembro de 2026 - Segunda-feira (13 dias antes)

1. Último dia para o Juiz Eleitoral decidir sobre as recusas e reclamações contra a nomeação dos membros das Mesas Receptoras de Votos, observado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva protocolização.

DEZEMBRO DE 2026

01 de dezembro de 2026 - Terça-feira (5 dias antes)

1. Data a partir da qual e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

03 de dezembro de 2026 - Quinta-feira (3 dias antes)

1. Data em que todos os recursos sobre os pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelo TRE e publicadas as respectivas decisões.

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações indicarem aos juízos eleitorais os nomes das pessoas autorizadas a expedir as credenciais para fiscais e delegados.

3. Último dia para a propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre 8 horas e 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.

04 de dezembro de 2026 - Sexta-feira (2 dias antes)

1. Último dia para a propaganda na internet.

VÉSPERA DA ELEIÇÃO

05 de dezembro de 2026 - Sábado

1. Último dia para a promoção de carreata e distribuição de material de propaganda política (até as 22 horas).

2. Último dia para propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 08 e as 22 horas.

DIA DA ELEIÇÃO

06 de dezembro de 2026 - Domingo

- Às 7h: Instalação da seção eleitoral

- Às 8h: Início da votação

- Às 17h: Encerramento da votação

- Após as 17h:

- Emissão do boletim de urna e início da apuração dos resultados.

- Elaboração da Ata Geral das Eleições em 2 vias.

- Publicação de comunicado para que os partidos políticos, as coligações e as federações compareçam ao Cartório Eleitoral para exame da Ata Geral da Eleição, seus anexos e documentos de votação nos dias designados.

07 de dezembro de 2026 - Segunda-feira (01 dia depois)

1. Último dia para que o TRE publique em sua página da Internet os dados da votação, especificados por seção eleitoral, e as tabelas de correspondência entre urna e sessão.

08 de dezembro de 2026 - Terça-feira (02 dias depois)

1. Último dia do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

2. Início do prazo de 3 (três) dias para exame da Ata Geral da Eleição e respectivos anexos, pelos partidos políticos, pelas coligações e pelas federações interessados.

3. Data até a qual os feitos eleitorais terão prioridade para participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança.

09 de dezembro de 2026 - Quarta-feira (03 dias depois)

1. Último dia para o mesário que abandonar os trabalhos durante a votação apresentar ao Juiz Eleitoral sua justificativa.

2. Último dia do prazo para conclusão dos trabalhos de apuração pela Junta Eleitoral.

10 de dezembro de 2026 - Quinta-feira

1. Data a partir da qual o Cartório da 14ª Zona Eleitoral não mais permanecerá aberto aos sábados, domingos e feriados.

11 de dezembro de 2026 - Sexta-feira (05 dias depois)

1. Último dia para exame da Ata Geral da Eleição e respectivos anexos, pelos partidos políticos, pelas coligações e pelas federações interessados.

2. Último dia do prazo para os candidatos e partidos políticos encaminharem, via sistema, as prestações de contas.

14 de dezembro de 2026 - Segunda-feira (08 dias depois)

1. Último dia do prazo para os partidos políticos, as coligações e as federações apresentarem reclamação contra o resultado da eleição.

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações apresentarem contestação sobre eventuais reclamações relativas ao resultado da eleição, apresentadas durante o período de exame da Ata Geral da Eleição e respectivos anexos.

15 de dezembro de 2026 - Terça-feira (09 dias depois)

1. Último dia para a Junta Eleitoral decidir sobre as reclamações contra o resultado das eleições e apresentar aditamento à Ata Geral da Eleição, com proposta das modificações que julgar procedentes ou com a justificativa da improcedência das arguições.
2. Último dia para a proclamação dos eleitos.
3. Último dia para os partidos políticos, as coligações e as federações solicitarem os arquivos de log dos sistemas de totalização, cópia dos boletins de urna, do log das urnas e dos arquivos com o Registro Digital do Voto.
4. Data a partir da qual não há mais necessidade de preservação e guarda dos documentos e materiais produzidos nas eleições suplementares, dos meios de armazenamento de dados utilizados pelos sistemas eleitorais, bem como das cópias de segurança dos dados, desde que não haja recurso envolvendo as informações neles contidas.
5. Data a partir da qual poderão ser retirados os lacres das urnas eletrônicas e dos cartões de memória de carga.
6. Último dia para a retirada das propagandas relativas às eleições, com a restauração do bem, se for o caso.
7. Último dia para o mesário que faltou à votação apresentar justificativa ao Juiz Eleitoral.

26 de dezembro de 2026 - Sábado (20 dias depois)

1. Último dia para publicação em mural eletrônico da decisão que julgar as contas de candidata(o) eleita(o), observado o prazo de até 3 (três) dias antes da diplomação (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º).

29 de dezembro de 2026 - Terça-feira (23 dias depois)

1. Último dia para a diplomação dos eleitos.

FEVEREIRO DE 2027

04 de fevereiro de 2027 - Quinta-feira (60 dias depois)

1. Último dia para o eleitor que deixou de votar nas eleições apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral.

JUNHO DE 2027

04 de junho de 2027 - Sexta-feira (180 dias depois)

1. Data até a qual os candidatos ou os partidos políticos deverão conservar a documentação concernente às suas contas, desde que não estejam pendentes de julgamento, hipótese na qual deverão conservá-las até a decisão final.

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATAS DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS NO TRE-RN EM 23/09/2026.

PUBLICAÇÃO EM : 25/09/2026

PROPAGANDA PARTIDÁRIA Nº 0600296-35.2025.6.20.0000

Origem:

NATAL-RN

Partes:

REQUERENTE : SOLIDARIEDADE - REGIONAL (RN)

ADVOGADO(A) : ALEXANDRE MAGNO ALVES DE SOUZA

ADVOGADO(A) : FABIO BERCKMANS VERAS DANTAS

ADVOGADO(A) : JANIEL HERCILIO DA SILVA

ADVOGADO(A) : JOSE ROMUALDO CARVALHO GALVAO JUNIOR